

Podemos escrever uma história dos comunistas brasileiros?

Carlos Zacarias de Sena Júnior

Professor do Departamento de História
Universidade Federal da Bahia (Brasil)

Podemos escrever uma história dos comunistas brasileiros?

Resumo: A historiografia dos comunistas e sobre os comunistas foi sempre um fértil terreno de disputas teóricas e metodológicas da historiografia do Brasil e do mundo. Partindo da polêmica desenvolvida pelo historiador estadunidense Kevin Murphy contra o britânico Eric Hobsbawm em torno das possibilidades de se escrever uma história da Revolução Russa, faço uma discussão sobre o estado atual dos debates historiográficos acerca do tema dos comunistas no Brasil, buscando apreender as dimensões em que a história e a memória se imbricam.

Palavras-chave: 1. Comunistas; 2. Historiografia; 3. Memória

Can we write a history of Brazilian Communists?

Abstract: The historiography of the communists and about the communists has always been a fertile ground for theoretical and methodological disputes in the historiography of Brazil and the world. From the controversy developed by American historian Kevin Murphy against British Eric Hobsbawm around the possibilities of writing a history of the Russian Revolution, I intend to make a discussion about the current state of historiographical debates on the subject of the communists in Brazil, seeking to understand the dimensions in that history and memory overlap themselves.

Keywords: 1. Communists; 2. Historiography; 3. Memory

Em 1996, Eric Hobsbawm publicou o ensaio “Podemos escrever uma história da Revolução Russa?”. Fazendo um balanço dos quase 80 anos do acontecimento à luz da abertura dos Arquivos de Moscou, o historiador britânico tentava responder algumas questões absolutamente necessárias para a historiografia social e política debruçada sobre um evento que marcara o século XX. As questões que levantava poderiam, entretanto, servir de ponto de partida para uma reflexão sobre a possibilidade de se escrever uma história dos partidos e movimentos de esquerda em qualquer parte do mundo. Surgido de uma conferência proferida no *Isaac Deutscher Lecture*, em que o marxista britânico inicia prestando homenagens ao historiador polonês, autor da magistral trilogia sobre Trotsky (*O profeta armado*, *O profeta desarmado* e *O profeta banido*), para refletir sobre os caminhos percorridos pelos estudos sobre a Revolução Russa até a abertura dos Arquivos de Moscou, Hobsbawm começa apresentando a premissa de que “cada geração faz suas próprias perguntas novas sobre o passado” (HOBSBAWM, 1998, p. 256).

É bastante conhecida no Brasil a obra de Hobsbawm, principalmente a sua quadrilogia das “eras” (*das revoluções, do capital, dos impérios, dos extremos*), mas também seus diversos livros e artigos que passam em revista as aventuras e desventuras da nossa modernidade conflituosa (ID., 1989a; 1982; 1989b, 1995). Partindo do postulado enunciado de que cada geração faz suas próprias perguntas sobre o passado, questão sobre a qual poucos poderiam discordar, o britânico aventa a hipótese de que, embora ainda estejamos longe de termos arrefecidas as paixões despertadas pela Revolução Russa, seria possível alcançarmos o ponto em que a “temperatura” em torno deste debate venha a se abrandar, aproximando-se dos níveis das polêmicas que envolvem temas como, por exemplo, o da Reforma Protestante (ID., 1998, p. 257).

Como parece óbvio, Hobsbawm não se referia a situações em que uma historiografia sobre a Reforma Protestante não teria chances de prosperar para

além dos limites das paixões caso fosse elaborada, digamos, à luz dos conflitos entre católicos irlandeses e protestantes ingleses. Também não teríamos paz em situações em que os debates religiosos, por vezes aspirantes a algum nível de objetividade, permanecessem confundidos com tonalidades essencialmente fundamentalistas. De uma forma ou de outra, o historiador britânico faz alusão à parcialidade das conclusões relativas a problemas que permanecem em curso e, de maneira incontornável, despertam paixões para se perguntar “sobre o que podem legitimamente concordar os historiadores da Revolução Russa?” (IBID., p. 257). Ou seja, seria possível extrairmos algum nível de consenso sobre um acontecimento que dividiu a história do século XX e continua sendo campo de disputas acirradas no terreno da memória e da historiografia? Seria razoável supor que historiadores de posições distintas concordariam sobre alguma coisa relativa à Revolução Russa, tendo em vista que arquivos foram abertos, novas questões foram colocadas e que, ao fim e ao cabo, já nos encontramos várias décadas distantes do episódio? Para responder a tais questões o autor de *Era dos extremos* faz sucessivas e importantes incursões sobre a história contrafactual para concluir, entre outras coisas, que a Revolução vingou na Rússia como não poderia ter vingado em nenhuma outra parte do mundo e que uma Rússia democrática talvez tivesse sido mais bem-sucedida do que o regime dos bolcheviques (IBID., p. 264).

Pode parecer surpreendente que o historiador marxista, ex-membro do Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB), estivesse disposto a corroborar certas teses sobre a validade universal da democracia ou sobre a superioridade deste regime diante de qualquer outro, mesmo que esse outro se intitule “ditadura do proletariado”. Não obstante, uma leitura atenta nos faz crer que é exatamente isso que faz Hobsbawm ao promover concessões a uma historiografia hostil ao marxismo e ao legado dos bolcheviques, ainda que, aqui e ali, não ceda às tentações das correntes revisionistas que propõem uma linha de continuidade entre a Revolução Russa e o stalinismo. Ou seja, muito embora negue a “tese da continuidade”, que atribui ao máximo dirigente bolchevique a responsabilidade pelo stalinismo, Hobsbawm não deixa de fazer profundos ajustes ao seu conhecido ponto de vista refletindo, por suposto, que assim como qualquer outro historiador, também é capaz de colocar para si as perguntas próprias de uma geração que terminou por renunciar ao legado da Revolução

Russa desde os anos 1980 e, mais acentuadamente, depois de 1989. Ou seja, não deixa de ser curioso que Hobsbawm também tenha sido influenciado pela falência do chamado “socialismo real”, como os notórios adversários do marxismo.

Se são conhecidos os textos do historiador britânico, é menos provável que os brasileiros estejam familiarizados com a obra do estadunidense professor da Universidade de Massachusetts, Kevin Murphy. Apresentado nestas bandas através de um artigo publicado na *Revista Outubro* em 2008, Murphy é um importante historiador social da Revolução Russa, como o são outros estudiosos quase desconhecidos entre nós, como Alexander Rabinowitch (2004, 2008), Kevin Murphy (2004, 2007) Steve Smith (1983), Stephen Cohen (1990) Lars Lih (2008), entre outros. Tais autores, a maioria especialista em temas como a Revolução Russa e seus desdobramentos, são mobilizados por Murphy para que este desenvolva uma polêmica contra o próprio Hobsbawm em torno das possibilidades de se escrever uma história da Revolução Russa. Evocando o fato de que Hobsbawm escreveu movido pelas questões que marcaram a década de 1990, o historiador norte-americano utiliza uma reconhecida historiografia para por lenha na fogueira das controvérsias políticas que a história do século XX ensejou, sobretudo quanto ao tema das revoluções. O artigo de Murphy, que tem título homônimo ao de Hobsbawm, assume no subtítulo “Uma resposta tardia a Eric Hobsbawm”, sua disposição em travar o debate com o autor de *Era dos extremos*, justo no momento em que o estadunidense pronunciava uma conferência enquanto recebia o prêmio Tâmara e Issac Deutscher pelo seu livro *Revolution and counterrevolution: class struggle in a Moscow Metal Factory*. (MURPHY, 2008, p. 41-65)

Antes que avancemos nos problemas da historiografia sobre os comunistas brasileiros, convém dizer mais algumas palavras sobre a polêmica de Murphy e Hobsbawm, posto que para o estadunidense, o autor de *Era dos extremos* teria assumido uma perspectiva inconsistente sobre a Revolução Russa em sua abordagem produzida depois da queda da União Soviética, ecoando perguntas feitas pela historiografia conservadora e anticomunista. Para afirmar sua posição, Murphy menciona a deferência com que Hobsbawm trata a obra de Orlando Figes, *A tragédia de um povo*, chamada pelo britânico de “excelente” (HOBSBAWM, 1998, p. 264; FIGES, 1999). Ganhadora de diversos prêmios, a obra

de Figes foi traduzida no Brasil pela editora Record apenas dois anos depois da edição original. Todavia não deixa de se inscrever entre aquelas obras para as quais os bolcheviques arrastaram Rússia para uma tragédia secular. Como, então, tal obra pôde obter atenção e menção honrosa de um dos principais marxistas acadêmicos do nosso tempo? Para responder a essa questão, só mergulhando um pouco mais fundo nas imbricações da história e da memória, ou, como aludiu o próprio Hobsbawm, entendendo os processos de ressignificação da história promovida por cada geração.

Voltemos aos argumentos de Murphy, que evoca as obras clássicas dos marxistas, como a *História da Revolução Russa*, de Leon Trotsky, e *O ano I da Revolução Russa*, de Victor Serge, além de trabalhos de outros clássicos não contemporâneos dos episódios de 1917 e que foram além da Revolução Russa, como Pierre Broué, Tony Cliff e Ernest Mandel, para reivindicar uma tradição que, segundo o autor, permanece insuperada, mesmo no sentido historiográfico e acadêmico do termo. Não obstante, parece não haver dúvidas que a historiografia mais recente, pelo menos a parte celebrizada pelos editores e leitores leigos, optou por desprezar tal literatura ou atribuir a estes escritos o caráter parcial e ideológico, portanto não passível de aceitação por historiadores da academia. Por conta disto, não raro, teses como a do “totalitarismo” foram reabilitadas e fortalecidas por historiadores que, nos últimos tempos, optaram por se desvincular de qualquer tradição marxista e promover o ajuste de contas da memória com a história da geração pós-queda do Muro de Berlim. Mas este pode ser considerado um procedimento legítimo?

Escrevendo há dez anos do texto de Hobsbawm, Kevin Murphy pôde avaliar a forma como as expectativas produzidas em torno da abertura dos arquivos da ex-União Soviética não chegaram a desmentir o que já se conhecia sobre a Revolução Russa e a própria União Soviética. Tal tese encontra respaldo até mesmo em Bruno Groppo, um assumido historiador revisionista. Para este autor, que assina um texto com Bernard Pudal, a abertura dos arquivos não chegou a promover revelações espetaculares:

“Ainda que demasiado cedo para um balanço da situação, parece poder afirmar-se que o acesso às fontes não levou, pelo menos até a data presente, a por fundamentalmente em causa as interpretações propostas pela historiografia mais séria, mas sim a corrigi-las em

questões secundárias e a completa-las: prova, se disso necessitássemos, de que podia ser efectuado um trabalho científico sério mesmo sob condições pouco favoráveis” (GROPPPO; PUDAL, 2004, p. 24).

Nesse sentido, Kevin Murphy conclui que o caminho tomado pela historiografia no presente caracteriza-se por um desvio ideológico, pois caso se tratasse de uma questão de fontes e de novas evidências históricas, “a interpretação padrão da Revolução Russa estaria avançando pela esquerda, em direção à interpretação marxista clássica”, e não o contrário. Para o historiador norte-americano os problemas relativos à interpretação acadêmica do fenômeno revolucionário, muito especialmente da Revolução Russa, nunca se relacionaram “à falta de acesso fontes”, mas principalmente, a problemas políticos, pois “[r]evoluções inevitavelmente evocam partidarismos” (MURPHY, 2008, p. 45).

Sobre o assunto, nem mesmo a historiografia celebratória do liberalismo, e de coloração anticomunista, deixou de reconhecer que não bastam documentos para que se mude uma interpretação, pois conforme Martin Malia, um dos autores de *Cortar o mal pela raiz* (2006),

“a mudança [de interpretação] não será oriunda de um novo mergulho nos documentos. Sem dúvida, novos fatos vão ser conhecidos (...), mas os documentos que nos vêm do passado nunca bastam por si sós para modificar a maneira como um evento é conceitualizado” (apud COURTOIS, 2006, p. 32).

Ou seja, após a queda de Muro de Berlim e a debacle da União Soviética, seria razoável supor que muito pouco houvesse restado da historiografia marxista dedicada ao assunto. Com efeito, a historiografia caminhou para afirmar uma interpretação muito mais ligada à memória hoje consagrada sobre o que foram as revoluções e a própria experiência do chamado “socialismo real”, sem que necessariamente tivessem que encontrar correspondência nas novas evidências documentais.

Entre o memorialismo e a história-tradição

Já se disse alhures que não se pode fazer boa política fazendo-se má história. A premissa, necessária como recurso de condenação de uma historiografia que fazia dos seus compromissos ideológicos o horizonte único da observação do passado, serve para reforçar a perspectiva sobre a herança sobre a qual os historiadores devem renunciar. Ao criticar uma história-tradição exercida pelo oficialismo dos partidos comunistas, que faziam do “culto reacionário do passado” uma forma de celebração das vitórias e escamoteamento das heranças estorvantes, Georges Haupt aponta para as mazelas de uma historiografia utilitarista que só funciona como instrumento de legitimação e autolegitimação da memória e do presente (HAUPT, 1985, p. 215).

Educado na União Soviética e radicado na França em fins da década de 1950, o romeno Haupt era especialista em história do movimento operário, com ligações com o Partido Comunista e a União Soviética. Escrevendo em meio à Guerra Fria, apesar da sua trajetória identificada com o stalinismo, Haupt preferiu criticar o seu próprio campo de atuação ocupado por historiadores oficiais do PCF e de outras tradições rivais no seio do movimento socialista. O historiador romeno dedicou boa parte dos seus estudos a investigar a história do movimento operário, construindo argumentos contra aquilo que chamou de “história-tradição”, que seria feita pelos próprios partidos comunistas.

A luz das advertências de Haupt, sobre as quais não se pode ter nenhuma objeção, cabe a nós indagar em que medida uma tal história vicejou no Brasil. Tendo em vista que os primeiros escritos sobre a história dos comunistas foram elaborados por militantes e ex-militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB),¹ seria o caso de se afirmar que vingou no Brasil uma história-tradição à maneira da existente em outras partes do mundo? Qual seria a historiografia produzida entre nós sobre o Partido Comunista no século XX? Seria possível se fazer uma história isenta de partidarismos, mesmo se o objeto dessa história são os comunistas? O simples fato de a história dos partidos e movimentos de

¹ Chamado de Partido Comunista do Brasil (PCB) até 1961, o PCB adotou o nome Partido Comunista Brasileiro, mantendo a mesma sigla, a partir deste ano. Em 1962 é fundado o PCdoB, que adota o nome de Partido Comunista do Brasil, reivindicado o legado da organização fundada em 1922.

esquerda ter se profissionalizado e invadido a academia tornou a historiografia sobre o assunto menos militante?

Em artigo publicado em 1971 na coletânea *Mundos do trabalho*, Hobsbawm assegurou que historiadores da classe operária “situam-se num ponto de encontro entre os estudos acadêmicos e a política, entre compromissos de ordem prática e compreensão teórica, entre interpretar o mundo e transformá-lo” (HOBSBAWM, 1987). A se crer no caminho dos debates em torno de temas como a Revolução Russa ou outros discutidos acima, não se pode acreditar em nenhum tipo de isenção dos historiadores, sejam eles marxistas ou não, militantes de um partido, ou meros profissionais da academia; sejam comunistas, trotskistas, anarquistas ou socialistas, todos falam de um lugar específico; todos esgrimem discursos que comportam abordagens investidas de algum tipo de militância e partidarismo. Todavia, não fazem necessariamente pior ciência porque trabalham com temáticas mais quentes e eivadas de polêmicas, cujos problemas permanecem insolúveis, e nem mesmo quando professam alguma posição política e até mesmo partidária. São de militantes boa parte dos escritos que pioneiramente abordaram os partidos e as revoluções, que nem por isso tiveram menor importância, pois os critérios para aferir a validade de uma obra não devem partir, *a priori*, dos compromissos assumidos pelo historiador. Como afirma Alvaro Bianchi, “As batalhas travadas nas trincheiras da historiografia são, também, combates levados a cabo na política. Que os atores das batalhas historiográficas sejam respeitáveis acadêmicos não os torna menos partidários” (BIANCHI, 2012, p. 362).

Ainda assim é sempre necessário que a busca da objetividade seja o horizonte comum da prática historiográfica, e mesmo que nenhuma forma de conhecimento positivo seja produzida por historiadores, deve-se estar atento às interferências de discursos ideológicos que reverberam mais compromissos políticos do que ciência, mais história-tradição do que objetividade, mais partidarismos do que apreço pela verdade. Considerando que a prática historiográfica é regida por critérios metodológicos atinentes a um campo de conhecimento de uma ciência específica, seria necessário não renunciarmos ao método dos historiadores em função de um desejo que é o de sermos lidos e aceitos pelos nossos pares, sejam eles membros do nosso partido ou respeitáveis acadêmicos.

É sabido não haver no Brasil uma história *oficial* produzida pelo Partido Comunista Brasileiro. Mesmo sobre o movimento operário, só muito recentemente é que uma historiografia se desprende das relações que confundiam os sujeitos sociais, ou seja, a classe, e suas representações políticas, especialmente os partidos (SENA JÚNIOR, 2009b, p. 249-268). Em vista disso, não raro a história dos comunistas aparecia confundida com a história do movimento operário, ou, o que era mais frequente, parte dos estudos sobre a classe operária aparecia vinculada ao surgimento do PCB ou matizada pela entrada em cena dessa organização. De uma forma ou de outra, foram os militantes comunistas os primeiros a empreender uma tentativa de escrever uma história do movimento operário e do seu partido. Os comunistas, entretanto, não fizeram isso de modo sistemático, limitando as iniciativas ao denodo e ao esforço de personagens que individualmente se embrenharam pela escrita de uma proto-história do PCB.

Sobre as tentativas de se escrever uma história do Partido Comunista propriamente dito, Marly Gomes Vianna aludiu ao fato de que uma comissão chegou a ser criada pelo Comitê Central do partido em inícios dos anos 1960. Encarregada de elaborar uma história do partido, que talvez pudesse se enquadrar na história-tradição descrita por Haupt, a comissão, que se reuniu uma única vez e não vingou, era composta por Astrojildo Pereira, Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Renato Guimarães e a própria Marly Vianna (2012, p. 18). Teria contribuído para a falência do empreendimento a compreensão metodológica do próprio Astrojildo Pereira, o mais importante dirigente do PCB na década de 1920. Foi o próprio Astrojildo que ainda em 1962, quando da publicação do seu *Formação do PCB*, que afirmou não se sentir muito animado com a perspectiva de vir a escrever uma história síntese do PCB, haja vista a dispersão da documentação existente e as condições adversas que a permanente ilegalidade havia imposto a um partido que necessitava “reduzir ao mínimo certos documentos”. Para o dirigente comunista, o melhor a se fazer era aguardar que se elaborassem “monografias sobre determinados períodos da vida do Partido (e bem assim sobre o movimento sindical e outros movimentos de massa), coletâneas de documentos, depoimentos pessoais, memórias, reportagens etc.”. A “história [do PCB] propriamente dita”, segundo Astrojildo,

viria “a seu tempo como construção científica resultante da reelaboração de todos esses trabalhos prévios” (PEREIRA, 2012, p. 30).

Impressiona que a arguta preocupação de Astrojildo Pereira se aproxime das reflexões de Antonio Gramsci, que dizia:

“A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso. Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação. Na realidade, mesmo quando parecem vitoriosos, os grupos subalternos estão apenas em estado de defesa, sob alerta (pode-se demonstrar esta verdade com a história da Revolução Francesa, pelo menos até 1830). Por isto, todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável para o historiador integral; daí decorre que uma tal história só pode ser tratada através de monografias e que cada monografia demanda um acúmulo muito grande de materiais frequentemente difíceis de recolher” (GRAMSCI, 2002, p. 135-136).

Em todo caso é justamente *Formação do PCB*, de Astrojildo Pereira, a primeira obra a realizar um esforço de síntese sobre a história do partido nos seus anos iniciais. Redigido com a preocupação de rigor metodológico referido acima, a produção aborda, na forma de curtos capítulos tomados de escritos anteriores do próprio Astrojildo, os antecedentes da fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), seus três primeiros congressos (1922, 1924, 1928-1929), as publicações da organização, incluindo o periódico *Movimento Comunista*, algumas polêmicas, debates internos, a experiência do Bloco Operário e Camponês (BOC) e o encontro do PCB com Luiz Carlos Prestes. Astrojildo Pereira não deixa de matizar as diferenças dos comunistas com as outras correntes do movimento operário, especialmente a corrente anarcossindicalista da qual era oriundo, todavia não parece aspirar a construir uma história oficial do partido. Também não demonstra ressentimento dos anos em que esteve afastado do PCB, algo que ocorreu em fins dos anos 1920, em função da crise do obrerismo que atingiu a organização. Não obstante,

Astrojildo Pereira publicou uma obra de fundamental importância para a compreensão dos primeiros anos do partido, sendo um marco de referência para os estudos sobre o PCB e também sobre o movimento operário².

No rastro da publicação do texto de Astrojildo Pereira, uma primeira leva de produção militante circunscreve o campo de escritos de cunho memorialístico em que muitos dirigentes puderam publicar suas reminiscências. Ainda em inícios de 1960, Everardo Dias, um militante do movimento operário com passagem no PCB, publica *História das lutas sociais no Brasil*, uma espécie de inventário, com fortes traços memorialísticos, dos primeiros anos do movimento operário e socialista no país (DIAS, 1977). Alguns anos depois, mais precisamente em 1969, Leôncio Basbaum, outro importante dirigente do PCB nos anos 1920, publicou suas memórias consolidando o campo literário ocupado por ex-militantes comunistas (BASBAUM, 1976).

De Leôncio Basbaum, *Uma vida em seis tempos* pretendia abarcar os episódios mais importantes da história do país a partir do ponto de vista do militante, dirigente e comerciante judeu que também era historiador. Em sua obra, Basbaum, que escreve com competência e largo conhecimento da história do país, não deixa de expressar seu descontentamento e, de certa forma, seu ressentimento com o partido em que militou e serviu por décadas, considerando-se sempre um injustiçado. Ainda assim, *Uma vida em seis tempos* não pode ser referido como parte das memórias ressentidas que de alguma forma influenciaram alguns escritos produzidos no Brasil nos anos 1990. Da safra de memórias de apóstatas que alimentaram a historiografia anticomunista no país, convém mencionar *O Retrato*, de Osvaldo Peralva, publicado ainda em 1962, ou as *Memórias de um stalinista*, de Hércules Corrêa, editado em 1994 (PERALVA, 2015; CORRÊA, 1994).

Também publicado sob a forma de memórias em 1976, *Combates e batalhas*, de Octávio Brandão, foi dito por Paulo Sérgio Pinheiro como obra de historiador, fornecendo “as chaves para o completo conhecimento do percurso feito pelo memorialista”. Brandão, que havia sido, junto com Astrojildo Pereira,

² Publicado pela primeira vez em 1962, *Formação do PCB* teve, ainda, uma edição publicada em Lisboa em 1976, depois da Revolução dos Cravos, e somente em 2012 ganharia sua terceira edição como obra comemorativa da passagem dos 90 anos do PCB pela editora Anita Garibaldi.

o principal dirigente do PCB nos anos 1920, foi justamente o responsável pela construção do partido, tendo reunido vasta informação sobre a trajetória da organização na qual militou com destaque. Foi também Brandão que publicou a primeira tentativa de análise marxista da realidade brasileira através da obra *Agrarismo e industrialismo*, escrita em 1923, para servir de discussão no II Congresso do PCB, só vindo a ser publicada em 1926 (BRANDÃO, 2006). Em *Combates e batalhas*, o autor, que também havia atuado nas fileiras anarquistas, como muitos dos fundadores do PCB, vai muito além da tentativa de traçar uma história do país nos anos de existência do Partido Comunista. Em sua obra, o companheiro de Astrojildo se propõe a traçar um panorama amplo através de “apontamentos biográficos” dos principais combates e batalhas que moveram sua vida, dando, como parece óbvio, imenso destaque a atuação do PCB e as contribuições que ele, como dirigente, havia devotado ao partido (ID., 1982).

Para concluir esse pequeno inventário de memórias que compuseram um primeiro registro sobre a história do PCB, *Caminhos percorridos*, de Heitor Ferreira Lima, editado em 1982, fecha este ciclo de obras pioneiras escritas pelos primeiros e mais importantes dirigentes do partido na primeira década de sua existência. No caso de Heitor Ferreira Lima, expulso das fileiras do PCB durante a disputa fracional de 1937-1938, suas memórias compõem um vasto quadro da vida política dos comunistas no Brasil ao longo dos 25 primeiros anos do partido. Em sua obra, também se pode colher as impressões sobre a União Soviética da parte do militante comunista que passou três anos em Moscou frequentando a Escola Leninista Internacional. Escrito de forma conscienciosa por alguém que só veio a ser reabilitado nos anos 1980, *Caminhos percorridos* é uma obra fundamental para se entender a importância da memória na composição da história do PCB no século XX (LIMA, 1982).

Algumas outras obras de caráter memorialístico mereciam ser discutidas pela sua qualidade e importância para a composição de uma história do PCB, como as *Memórias*, de Gregório Bezerra, *Memórias de um socialista congênito*, de Tito Batini, e *O Partido Comunista que eu conheci*, de João Falcão (BEZERRA, 1980; BATINI, 1991; FALCÃO, 2000). Entretanto, os textos mencionados podem dar uma ideia da produção sobre o PCB no século XX sob o ponto de vista da memorialística dos ex-dirigentes do partido, pessoas que tinham acesso às discussões internas da organização, que conheciam em profundidade o seu

funcionamento, que se envolveram em polêmicas, que estiveram no olho do furacão em momentos decisivos e, eventualmente, mesmo diante de tantas dificuldades, puderam preservar alguma documentação que lhes serviu de base para a elaboração de uma memorialística que não pode ser enquadrada nos termos da história-tradição aqui aludida.

Entre a história-tradição e a historiografia acadêmica

Analisando a historiografia dos trotskismos no Brasil, Alvaro Bianchi apontou as misérias de uma parcela da historiografia cujo principal objetivo era a exaltação, repleta de sectarismos, de efeito mistificador e perspectiva religiosa evidente. Na crítica a este tipo de historiografia, Bianchi sugere que o caminho para uma boa prática no interior da história social e política, pressuporia a apreensão dos conflitos pelo historiador que deveria ter em consideração três níveis de relações de forças que atingiriam as dimensões internas, nacionais e internacionais (BIANCHI, 2012, p. 366-368).

Tomando o rigor metodológico sugerido por Bianchi como ponto de partida, pode-se dizer que a historiografia sobre o PCB propriamente dita surgiu no Brasil em inícios dos anos 1980, quando os ares da abertura política começaram a soprar no país. Após o importante aporte conceitual oferecido pelos trabalhos de sociólogos e politólogos estudiosos do movimento operário, como Francisco Weffort, Luiz Werneck Vianna, Leôncio Martins Rodrigues, entre outros, um primeiro esboço de historiografia emergiu tentando cobrir toda a história do PCB (WEFFORT, 1973, 1978, 1979; VIANNA, 1999; RODRIGUES, 1980).

Tal empreendimento, é bom que se diga, surgiu também pelo esforço de militantes que cruzaram a fronteira das memórias acessando os primeiros arquivos e documentos disponibilizados pela distensão dos anos 1980. Há, talvez, nesse esforço uma primeira e efetiva tentativa de se edificar uma verdadeira história-tradição do Partido Comunista Brasileiro a partir dos trabalhos de Nelson Werneck Sodré, *Contribuição à história do PCB* (1984) e José Antonio Segatto, *Breve história do PCB* (1989). Desta mesma década são as obras de Edgar Carone e de Moisés Vinhas, que reúnem documentos e

pequenos capítulos de sínteses de importantes momentos da história do PCB, dando o tom da historiografia do período que, entre outras coisas, demonstrava preocupação na preservação de fontes para futuras investigações (CARONE, 1982; VINHAS, 1982)³. Nestas obras, às quais se poderiam juntar algumas outras do próprio Carone, fica clara a disposição de celebrar a existência do PCB através de histórias-sínteses onde se dedica especial atenção aos aspectos constitutivos das linhas políticas e a composição das sucessivas direções partidárias.

No rastro desse empreendimento, Eliezer Pacheco publicou *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*, texto-síntese, escrito por um ex-militante da AP e do MR-8, que havia se tornado professor universitário nos anos 1980. Na obra, que cobre 40 anos de história dos comunistas no Brasil, não se percebe muita originalidade e inovação no tratamento das fontes. Apesar disso o texto deve ser citado pelo pioneirismo no esforço de composição de uma história-síntese do Partido Comunista, ao lado dos já citados livros de Néelson Werneck Sodré e José Antonio Segatto (PACHECO, 1984).

Com o fim da ditadura militar e a chegada ao governo do primeiro presidente civil em 21 anos, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCDOB) foram legalizados, dando ensejo à iniciativa de militantes e estudiosos que promoveram as primeiras e sistemáticas reuniões de documentos e acervos importantes, o que terminou imprimindo uma certa expansão da historiografia sobre os comunistas no país. São dessa fase alguns dos principais textos publicados sobre o PCB no Brasil sob a forma de monografias, como preconizado por Astrojildo Pereira. De Evaristo Giovanetti Neto, *O PCB na Assembléia Constituinte de 1946* (1986), é um estudo original e bem composto sobre a atuação dos comunistas na Constituinte de 1946.

³ Professor da USP e simpatizante do PCB, Edgar Carone era irmão de Maxim Tolstói Carone, dirigente da juventude comunista nos anos 1930. Grande especialista na história do movimento operário e dos comunistas brasileiros, Edgar Carone se notabilizou pelo pioneirismo e pela publicação de larga quantidade de documentos inéditos. Sobre o Partido Comunista Brasileiro, sua obra mais importante é a trilogia *O PCB* (1922-1943; 1943 a 1964; 1964-1982). Tendo ingressado no PCB nos anos 1930, o pernambucano Moisés Vinhas participou de importantes momentos na história do partido, como a insurreição de 1935, a reorganização do PCB pós-Estado Novo, a luta contra a ditadura, que o levou a ser condenado a prisão por 10 anos. De sua autoria *O Partidão: a luta por um partido de massas, 1922-1974*, é uma obra que pode ser descrita como estando entre a história e a memória.

Publicado quando o Brasil se preparava para eleger uma nova Assembleia Constituinte após da ditadura, a obra aborda o processo de redemocratização e os impasses vivenciados pela organização comunista ante a democracia excludente surgida no pós-guerra.

A classe operária na revolução burguesa, de Marcos Del Roio (1990), *Estratégias da Ilusão*, de Paulo Sérgio Pinheiro (1992), *Revolucionários de 35*, de Marly de Almeida Gomes Vianna (1992) e *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*, de Anita Leocadia Prestes (1998), todos tratando, de alguma forma, dos episódios que culminaram no levante de 1935, conhecido pela historiografia oficial como “Intentona Comunista”, são, talvez, as obras mais bem-acabadas sobre o PCB no período. Articulando dialeticamente as dimensões nacionais e internacionais da atuação dos comunistas, não deixando de dedicar especial atenção às relações do partido com os centros dirigentes do comunismo mundial, fundamentalmente a cidade de Moscou, tais textos se destacam pelo rigor teórico e pelo abrangente trabalho empírico. Ainda nas décadas de 1980 e 1990, foram publicados *A primeira renovação pecebista*, de Raimundo Santos (1988) e *Reforma e revolução*, de José Antonio Segatto (1995), ambos os textos abordando uma conjuntura particularmente difícil, repleta de oportunidades e inflexões políticas, que terminaram desembocando na principal derrota do PCB no século XX: o golpe de 1964.

Ao lado dessa espécie de pequeno *boom* historiográfico, situado entre a segunda metade da década de 1980 e o início da década de 1990, fruto da euforia da abertura política e do interesse crescente dos estudiosos pelo principal partido da esquerda brasileira no século XX, um outro movimento teve início. Tendo por sede a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e por protagonista o historiador Marco Aurélio Garcia, secundado pelo seu colega Michael Hall, uma primeira inflexão intelectual viria a desafiar os principais postulados abraçados pela esquerda comunista mundial que agora se preparava para novamente entrar em cena na política brasileira após o novo processo de anistia. Sob o pretexto de proceder a um levantamento da historiografia da esquerda brasileira, desde aquela abrigada no PCB, até a que enveredou pela luta armada, Garcia promoveu um primeiro balanço crítico-político-historiográfico do período que antecedeu a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), do qual fazia parte (GARCIA, 1986).

Por suposto, a inflexão teórico-metodológica que se iniciava a partir dos textos de Garcia, com forte imbricação política quanto aos futuros caminhos que se desvelavam para as “novas” e velhas esquerdas diante da democracia, produziria frutos duradouros na historiografia brasileira, principalmente quanto a corrente de historiadores surgida no Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp. A propósito, quando em 1999 foi publicado a coletânea *Na luta por direitos*, uma espécie de livro-manifesto da nova corrente que surgia, o alvo principal eram as categorias leninistas de consciência e vanguarda e aquilo que os autores chamavam de heteronomia, presente nos estudos sobre a classe operária dos anos 1960. Com efeito, Alexandre Fortes, Antonio Luigi Negro, Fernando Teixeira da Silva, Hélio da Costa e Paulo Fontes, assinam os cinco artigos da coletânea, que conta com um prefácio de Michael Hall, uma apresentação de John French e uma entrevista deste último e de Daniel James. Através desse livro-manifesto, os autores, que formaram o núcleo principal do GT Mundos do Trabalho na ANPUH, definiam alguns dos principais postulados que estariam presentes nas obras autorais que publicariam nos anos seguintes (FORTES *et al*, 1999).

Os escritos dessa corrente historiográfica, embora mirassem a classe operária e os trabalhadores em geral, não deixam de se debruçar sobre o PCB em diversos períodos de sua história. Os vários autores do grupo, que depois ganhou novas adesões, vinculam-se centralmente à abordagem thompsoniana da história e da classe operária, optando por desenvolver uma interpretação crítica da presença do partido no movimento operário, buscando entender os elementos de consciência e autonomia presentes na trajetória da classe que era percebida como atuando no interior dos partidos, principalmente do PCB e do PTB, e as vezes longe ou contra eles. Neste caminho, os autores desprezaram quase que por completo as chaves interpretativas cunhadas pela história política e pela historiografia marxista clássica, negligenciando ou minimizando as categorias de Estado, luta de classes, consciência, vanguarda, partido e revolução (SILVA, 2003; TOLEDO, 2004; SCHIMIDT, 2004; NEGRO, 2004).

Alternativamente à interpretação thompsoniana *stricto sensu* do grupo oriundo da Unicamp, mas também reivindicando o marxismo do historiador britânico, Marcelo Badaró Mattos e Marco Aurélio Santana publicaram importantes trabalhos em que discutiram o movimento operário, o

sindicalismo, o PCB e a emergência de novos atores sociais e operadores políticos no cenário nacional, especialmente o Partido dos Trabalhadores (MATTOS, 1988; SANTANA, 2001).

Mas não foi apenas a historiografia thompsoniana e a história social que se desenvolveram no início do século XXI. Também uma historiografia política permaneceu reivindicando o marxismo clássico e não deixou de dar bons frutos. De fins da década de 1990 e inícios dos anos 2000, são as obras de Anita Prestes, *Da insurreição armada a União Nacional* (2001), Dainis Karepovs, *Luta subterrânea* (2003), José Castilho Marques Neto, *Solidão revolucionária* (1999), e Murilo Leal (2004), *A esquerda da esquerda*, que abordam um período importante e até então pouco estudado da história do PCB, os anos 1930 e 1940, caso dos livros de Anita Prestes e Karepovs e analisam a trajetória das correntes comunista e trotskista no Brasil dos anos 1950, caso dos livros de Marques Neto e Leal.

Sobre a obra de Karepovs, percebe-se a qualidade do argumento e a quantidade impressionante de fontes e documentos que ilustram fartamente a ideia central do seu trabalho que vai muito além da discussão sobre a cisão de Hermínio Sachetta em 1938. Ao longo do seu livro Karepovs vale-se de uma documentação recentemente aberta ao público através de acervos oriundos dos Arquivos de Moscou, muitos dos quais organizados pelo próprio pesquisador e depositados no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM-UNESP). Quanto ao livro de Murilo Leal, pode-se corroborar as palavras de Bianchi, que considera o texto “o estudo mais amplo e bem-acabado sobre uma organização trotskista” até então, acrescentando que o autor abordou com maestria os conflitos destes com os comunistas e populistas do período (BIANCHI, 2012, p. 373). Já a obra de Anita Prestes, é preciso que se destaque o esforço da historiadora para compor, através de vários estudos monográficos, a história do PCB e também de Luiz Carlos Prestes, ao longo do século XX, algo que é coroado agora com a publicação da biografia de Prestes em 2015.

Nesse mesmo período, a editora da Unicamp concluiu a edição da importante *História do marxismo no Brasil* (2007) em seis volumes, projeto coletivo iniciado em 1991, e Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis editaram os três volumes da coleção *As esquerdas no Brasil* (2007), uma reunião de trabalhos que

proporciona uma visão panorâmica do estado da arte no Brasil, muito embora se percebam algumas ausências. Por fim, além do fato de que historiadores marxistas do político continuaram publicando obras sobre o PCB (SENA JUNIOR, 2009a; 2016; FALCÃO, 2012), o surgimento das biografias de Marighella, de Mário Magalhães, e de Prestes, que ganhou textos de Daniel Aarão Reis e Anita Leocádia Prestes, podem indicar uma tendência para o próximo período, algo que pode implicar no resgate das trajetórias e histórias de vida dos principais dirigentes do PCB no século XX (MAGALHÃES, 2012; REIS, 2014; PRESTES, 2015).

História, memória e revisionismo

No que tange ao aspecto dos problemas levantados pela historiografia contemporânea, uma parte já foi aqui discutida, quando recorremos a Georges Haupt para demonstrar as mazelas da história-tradição praticada pelas versões oficiais dos partidos e pelos discursos tradicionais e oficialistas de alguns historiadores. Em que pese não ter havido entre nós uma história-tradição na dimensão da *História do Partido Comunista (Bolchevique) da URSS*, manual de onde se exarou um modelo de história a ser copiado pelos PCs de todo mundo, convém mencionar que o recurso às discussões sobre a memória coletiva pode funcionar como forma de localizar os problemas que estiveram em causa no passado e que permanecem no presente, às vezes legitimados pela historiografia⁴. “Com que critério um historiador fala das lutas e agentes de uma época que não é a sua?”, pergunta Carlos Alberto Vesentini, que acrescenta que “[a] interrogação ganha amplitude quando lembramos que essa época ainda projeta sua força, suas categorias sobre o presente” transformando-se em história (VESENTINI, 1997, p. 15).

Tem sido assim com a história das revoluções, com a história da classe operária e a história dos partidos e movimentos de esquerda, cujos compromissos presentes e futuros são inevitáveis. Por conta disso, na tentativa de evitar as armadilhas ideológicas, alguns autores procuraram inovar,

⁴ Publicado em 1938 e provavelmente redigido por Stalin, o modelo de história-tradição referido por Haupt (s/d) nunca chegou a ganhar uma edição brasileira, mas contava com uma edição portuguesa.

chegando mesmo a buscar na história dos militantes anônimos a verdadeira história da organização comunista. Até aqui, nenhum problema, pois se considera que um partido não é formado apenas pelo seu estafe dirigente, mas por militantes que se moveram por desejos e aspirações e que, em muitos casos, se não foram influentes no aparelho do partido, não deixaram de ser importantes na relação com a classe da qual eram oriundos. Todavia, ao deslocar o olhar sobre o partido da sua dimensão institucional para os setores intermediários, alguns autores entenderam que as habituais abordagens sobre o social e o político não eram suficientes, de modo que abriram flancos para incorporar a noção de cultura política e, junto com ela, ferramentas da antropologia. Sobre o assunto, o próprio Hobsbawm já havia expressado suas ressalvas quanto aos deslocamentos da historiografia do movimento operário que podiam alcançar o inusitado das abordagens antropológicas sobre, por exemplo, o problema do parentesco. Com efeito, o historiador britânico, enquanto considerava o alargamento do campo da história operária que transitava das abordagens mais políticas, ideológicas ou mesmo econômicas, para uma história social mais ampla, afirmou:

“A aplicação de novos conceitos, em geral emprestados das ciências sociais, é igualmente perigosa, se não está claro em nossa mente o que estamos tentando descobrir ou explicar; ou, se o leitor prefere o jargão – qual é o nosso modelo. O perigo é ainda maior porque, como Ernst Gombrich assinalou recentemente, a natureza da profissão acadêmica é tal que estimula a originalidade e o modismo. As formulações mais implausíveis podem ter certeza de estarem incluídas em todas as subsequentes notas de rodapé e bibliografias, se forem novidades, apesar de serem facilmente descartadas. Para que alguém analise o sindicato por ofício à luz das discussões antropológicas sobre parentesco artificial, é somente uma questão de tempo, se é que já não se fez isso; e eu não duvido que haja quem já tenha analisado os sindicatos operários como sistemas de parentesco patrão-cliente”.
(HOBSBAWM, 1987, p. 28-29, grifos no original)

O irônico ceticismo de Hobsbawm, que pretendeu apontar o extremo das possibilidades anunciadas, tinha razão de ser. Passados 40 anos da publicação do artigo “História Operária e Ideologia”, uma parcela da historiografia do movimento operário enveredou por caminhos insólitos, abandonando as abordagens consideradas tradicionais e tidas por adequadas pela maioria dos

especialistas no assunto. Desde que o termo “cultura política” encantou boa parte dos historiadores do movimento operário e do Partido Comunista, a historiografia da classe operária, e também dos partidos e movimentos de esquerda, depois de transitar dos estudos inseridos nos quadros da política e das ideias para o domínio do social, desaguou no campo da cultura e da representação, por vezes eivada com um verniz de sofisticação pós-moderna. Contribuíram para esta inflexão as profundas transformações de fins do século XX, como a emergência da nova ordem mundial unipolar, em que a ofensiva ideológica desencadeada pelas teses sobre o fim da história pressupunha o abandono dos projetos coletivos desembocando numa crise das utopias que demarcaram boa parte do século XX.

No terreno da teoria, o colapso do chamado “socialismo real” refletiu-se numa crise que provocou o abandono do marxismo por parte de diversos marxistas. Muitos se refugiaram nas primeiras modas intelectuais que sopraram da Europa e dos Estados Unidos, desde que os ventos do revisionismo se converteram em uma espécie de oportunismo teórico e de transformismo político (COELHO, 2012, p. 28). Corolário desse movimento, as expectativas criadas em torno da abertura dos Arquivos de Moscou para o grosso dos historiadores herdeiros da soviétologia estadunidense, desencadearam um frisson de especulações sobre possíveis revelações bombásticas. Como tais revelações não se confirmaram, somente por uma operação chamada por Murphy de “interpretação ideologicamente seletiva da era revolucionária”, a historiografia pôde caminhar para a direita e não para a esquerda, escusando-se de confirmar aquilo que os clássicos do marxismo haviam dito (MURPHY, 2008, p. 61-62).

No Brasil tal movimento, chamado de revisionista por um punhado de historiadores críticos, apenas se inicia, mas não deixa de ter uma produção importante, com presença em diversos domínios (MELO, 2014). No que se refere a história e a memória do PCB e dos comunistas no Brasil, antes de mencionamos uma abordagem tipicamente revisionista, convém citar o livro *Camaradas e companheiros*, de Dulce Pandolfi (1995). Escrito após as avalanches provocadas nas fileiras comunistas pela desagregação da União Soviética e em meio às disputas que levaram um setor do partido a optar pela sua extinção, a obra de Pandolfi sofre uma forte pressão da memória coletiva

que vinha se formando em torno do tema. Levando em consideração que a autora pretendia “analisar o processo de construção de identidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ou seja, entender a visão que esse ator político elaborou de si mesmo ao longo do tempo”, não seria muito difícil deixar de ceder as tentações do revisionismo que pretendia sepultar de vez o PCB, extinguindo a legenda e abandonando a bandeira vermelha com a foice e o martelo. Não obstante, o livro dessa ex-militante comunista denota cuidado ao discutir as imbricações entre a memória e a história e os processos de permanente ressignificação que esse agente político elaborou do seu próprio presente e do passado ao longo de toda a sua existência, até o X Congresso realizado em janeiro de 1993.

Se a obra de Pandolfi consegue se esquivar das armadilhas do revisionismo, *Prisioneiros do mito*, de Jorge Ferreira, não cumpriu o mesmo percurso. Pretendendo ser a primeira obra a utilizar uma abordagem etnográfica tomada da antropologia para esquadrihar a militância comunista buscando perceber “um conjunto de atitudes, representações sociais e códigos de comportamentos que formam as crenças, ideias e valores socialmente reconhecidos por um grupo ou classe social”, o texto de Ferreira pode ser classificado, talvez, como uma malsucedida tentativa de aplicar a antropologia religiosa a um partido político (FERREIRA, 2002, p.15).

Inadvertidamente aplicando ferramentas da antropologia na análise da política dos comunistas ao longo do período mais duro do stalinismo, Ferreira diz pretender “abordar teoricamente as manifestações dos revolucionários brasileiros” abrigados no PCB, e reivindica a perspectiva da História Cultural, citando as contribuições de Carlo Ginzburg, Robert Darnton, Roger Chartier e Peter Burke com principais referências para reconstituir parte do “aparato simbólico que para eles [os comunistas] teve existência real” (IBID., p.15). Não obstante, é na antropologia de Mircea Eliade que o autor de *Prisioneiros do mito* toma o grosso das suas referências, pois ao buscar inserir as perspectivas revolucionárias dos comunistas nas epifanias que aludem à ligação do homem com a dimensão do sagrado, o historiador da Universidade Federal Fluminense (UFF) transformou a história dos comunistas e do PCB numa espécie de vertente da história das religiões e religiosidades. Segundo o autor: “Embora os comunistas se apresentassem como produto mais acabado do longo processo de

dessacralização do mundo, eles não conseguiram repudiar por completo a herança religiosa das sociedades do passado” (IBID., p. 15).

No final das contas a distopia teórica antevista por Hobsbawm para a historiografia da classe operária, tem entre seus exemplos mais acabados a obra do historiador brasileiro, que não se limitou a investigar o partido como instituição, mas recorreu aos militantes anônimos e alguns dos dirigentes intermediários para compor uma história tão mítica quanto aquela que o historiador pretendeu criticar. Obviamente que não podemos conceder essa história tão cara aos militantes e à própria historiografia brasileira, pioneiramente elaborada pelos egressos do PCB, a uma abordagem que seja inspirada em alguma espécie de anticomunismo, ainda mais porque não foram as evidências que determinaram a inflexão à direita da abordagem, mas sim a perspectiva teórico-metodológica que não deixa de lembrar batalhas dos tempos da Guerra Fria.

Da mesma forma, como Murphy, apoiamo-nos nos ombros de uma tradição bastante rica que, apesar de tudo, ainda não foi ultrapassada pelas modas acadêmicas (MURPHY, 2008, p. 63). Isso porque, em parte pela reedição das guerras imperialistas, insurreições, revoluções e golpes de Estado que padronizaram as mudanças políticas durante a modernidade, em parte porque governos identificados com a esquerda alcançaram o poder em diversos países, alguns dos quais foram depois derrubados por diversas espécies de golpes, considerando que o interesse pelo passado se move na medida das questões colocadas pelo presente, as novas gerações seguem fazendo perguntas sobre padrões de transformação e sobre as regularidades históricas da mesma forma com que se perguntam sobre as possibilidades de se fazer uma história dos comunistas, das revoluções e das utopias do século XX.

Conclusão

Considerando que o novo século trouxe consigo um renovado interesse pela história e por uma história crítica que se ocupa de temas de reconhecida relevância social, a demanda de conhecimento do marxismo, da Revolução Russa, da história dos comunistas e de temas consorciados à transição socialista,

não cessou de crescer no Brasil. Atestam as recentes edições de textos inéditos de Marx, Engels e Gramsci, sobretudo, mas também de Trotsky e Lenin, estes últimos publicados por editoras ligadas aos partidos e movimentos de esquerda, o que deixa em aberto às perspectivas de possíveis futuros não inscritos nas doutrinas providenciais, mas nas perspectivas aduzidas pelas lutas que se dão nos marcos da necessidade histórica⁵.

Em todo caso, a resposta à pergunta que dá título a este texto pode, em parte, ser respondida pela maioria dos trabalhos citados acima, mas também pelas perspectivas que se abrem com a organização e consolidação de acervos especializados na história do movimento operário, dos partidos e movimentos de esquerda, como os que constam no Arquivo Edgar Leuenroth, na UNICAMP, no CEDEM-UNESP e no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), isso para não falar da importante documentação policial e da repressão que vem sendo aberta ao público nos últimos anos.

Por conta disso, uma história dos comunistas no Brasil, se não cede aos apelos do sensacionalismo, dos mercados e das modas intelectuais, se se livra da história-tradição e de todo o sectarismo e compromisso ideológico que a acompanham, pode ter um futuro promissor nas universidades do país e também fora delas. Tanto que ao lado das novas coleções de documentos que têm sido disponibilizadas ao público interessado, quantidades cada vez maiores de militantes tem doado sua valiosa documentação pessoal para o tratamento adequado e disponibilização para os pesquisadores, além de partidos que aperfeiçoam o trabalho de memória e a preservação da sua documentação que, futuramente, deverá se converter em fontes preciosas para a composição de novas monografias que permitam livrar do esquecimento a história dos subalternos. Portanto temos motivos para permanecer otimistas, senão do ponto de vista da inteligência, pelo menos sob o aspecto de uma vontade que move o nosso interesse na edificação de uma história social e política dos comunistas e dos grupos sociais subalternos.

⁵ As editoras citadas são: a Boitempo, que projeta publicar a obra completa de Marx e Engels a partir das do projeto das edições *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA); a Expressão Popular, com relações com o MST; e a Sudermann, ligada ao PSTU, além de outras menores.

Referências bibliográficas

- BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos (memórias)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- BATTINI, T. *Memórias de um socialista congênito*. Campinas: EDUNICAMP, 1991.
- BEZERRA, G. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 2v.
- BIANCHI, A. É possível escrever a história recente dos trotskismos brasileiros? *Perseu*, a. 8, n. 6, p. 361-380, 2012.
- BRANDÃO, O. *Combates de batalhas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- _____. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- Carone, E. *O PCB. (1922-1943; 1943 a 1964; 1964-1982)*. São Paulo: Difel, 1982. 3v.
- COELHO, E. *Uma esquerda para o capital. O transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. São Paulo: Xamã, Feira de Santana-BA: UEFS Editora, 2012.
- COHEN, S. *Bukharin: uma biografia política. 1888-1936*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- CORRÊA, H. *Memória de um stalinista*. Rio de Janeiro: Opera Nostra, 1994.
- COURTOIS, S. (et al.). *Cortar o mal pela raiz. História e memória do comunismo na Europa*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- DEL ROIO, M. *A classe operária na Revolução Burguesa. A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- DEUTSCHER, I. *Trotsky: O profeta armado; O profeta desarmado; O profeta banido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 3 v.
- Dias, E. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- FALCÃO, F. J. *Os homens do passo certo. O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)*. São Paulo: Sundermann, 2012.
- FALCÃO, J. *O Partido Comunista que eu conheci. (20 anos de clandestinidade)*. 2 ed. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000.
- FERREIRA, J. *Prisioneiros do mito. Cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Rio de Janeiro: Mauad, Niterói: EDUFF, 2002.
- FERREIRA, J.; REIS, D. A. (orgs.). *A formação das tradições. 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.1

- _____. *Nacionalismo e reformismo radical. 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2
- _____. *Revolução e democracia. 1964...* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.
- FIGES, O. *A tragédia de um povo. A Revolução Russa, 1891-1924*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- FORTES, A. F. (et. al.). *Na luta por direitos*. Estudos recentes em história social do trabalho. Campinas: Unicamp, 1999.
- GARCIA, M. A. Contribuições para uma história da esquerda brasileira. In: MORAES, R.; ANTUNES, R.; FERANTE, V. B. (orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- Giovanetti Neto, E. *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 5.
- GROPPO, B.; PUDAL, B. Uma realidade múltipla e controversa. In.: DREYFUS, M.(et al.). *O século dos comunismos*. Lisboa: Notícias Editorial, 2004.
- HISTÓRIA DO Partido Comunista (Bolchevique) da URSS. 1883-1937. Porto: Editora Vento Leste, s/d.
- HAUPT, G. Por que a história do movimento operário?. *Revista Brasileira de História*, v. 5, n. 10, p. 208-231, mar.-ago. 1985.
- _____. *História do Partido Comunista (Bolchevique) da URSS. 1883-1937*. Porto: Editora Vento Leste, s/d.
- HOBBSBAWM, E. *A era do capital. 1848-1875*. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. História operária e ideologia. In.: *Mundos do trabalho. Novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *A era das revoluções. Europa, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989a.
- _____. *A era dos impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989b.
- _____. Podemos escrever uma história da Revolução Russa? In.: *Sobre história. Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Era dos extremos. O breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEAL, M. *À esquerda da esquerda. Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

- LIH, L. *Lenin rediscovered: What is to be done? in context* Chicago, Illinois: Haymarket Books, 2008.
- LIMA, H. F. *Caminhos percorridos: memórias de militâncias*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MAGALHÃES, M. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MARQUES NETO, J. C. *Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MELO, D. B. (org.). *A miséria da historiografia*. Uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- Murphy, K. *Revolution and counterrevolution*. Class struggle in a Moscow Metal Factory. Chicago: Heymarket Books, 2007.
- _____. Podemos escrever a história da Revolução Russa? Uma resposta tardia a Eric Hobsbawm. *Revista Outubro*, n. 17, p. 41-65, 2008.
- NEGRO, A. L. *Linhas de montagem*. O industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização de trabalhadores. São Paulo: Boitempo, 2004.
- PACHECO, E. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.
- PANDOLFI, D. *Camaradas e companheiros*. Memória e história do PCB. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Roberto Marinho, 1995.
- PERALVA, O. *O Retrato*. São Paulo: Três Estrelas, 2015.
- PEREIRA, A. *Formação do PCB*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.
- PINHEIRO, P. S. *Estratégias da ilusão*. A revolução mundial e o Brasil: 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PRESTES, A. L. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*. Os caminhos da luta antifascista no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945)*. A virada tática na política do PCB. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- _____. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/1958): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB*. São Paulo: Brasiliense, 2010.
- _____. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- RABINOWITCH, A. *The Bolsheviks come to power*. The Revolution of 1917 in Petrograd. Chicago, Illinois, London: Pluto Press, 2004.

- _____. *The Bolsheviks in power. The first year the soviet rule in Petrograd.* Indiana: University Press, 2008.
- REIS, D. A.; MORAES, J. Q.; RIDENTI, M. (orgs.). *História do marxismo no Brasil.* Campinas-SP: Editora Unicamp, 2007. 6v.
- REIS, D. A. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos.* São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- RODRIGUES, L. M. O PCB: os dirigentes e a organização. In.: HOLANDA, S. B. *História geral da civilização brasileira.* São Paulo: DIFEL, 1980. v. 10.
- SANTOS, R. *A primeira renovação pecebista. Reflexos do XX Congresso do PCUS (1956-1957).* Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- SCHIMIDT, B. B. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas.* Porto Alegre: Palmarinca, 2004.
- SEGATTO, J. A. *Breve história do PCB.* 2 ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- _____. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB. 1954-1964.* São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SERGE, V. *O ano I da Revolução Russa.* São Paulo: Boitempo, 2007.
- SENA JÚNIOR, C. Z. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil.* São Paulo: Annablume, 2009a.
- _____. Os trabalhadores e suas organizações: uma tentativa de pensar os sujeitos sociais e suas representações políticas. In.: Negro, A. L.; Souza, E. S.; Bellini, L. (orgs.). *Tecendo histórias: espaço, política e identidades.* Salvador: EdUfba, 2009b, p.249-268.
- _____. (org.) *Capítulos de história dos comunistas no Brasil.* Salvador: EdUfba, 2016.
- SILVA, F. T. *Operários sem patrões. Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras.* Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- SMITH, S. *Red Petrograd. Revolution in the factories, 1917-1918.* Cambridge: Cambridge University, 1983.
- SODRÉ, N. W. *Contribuição à história do PCB.* São Paulo: Global, 1984.
- TOLEDO, E. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945).* Campinas: Unicamp, 2004.
- TROTSKY, L. *História da Revolução Russa.* São Paulo: Sundermann, 2007. 2 v.
- VESENTINI, C. A. *A teia do fato. Uma proposta de estudo sobre a Memória História.* São Paulo: Hucitec, 1997.

- VIANNA, M. A. G. *Revolucionários de 35. Sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. Nas origens do comunismo brasileiro. In: Pereira, A. *Formação do PCB*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.
- VINHAS, M. *O Partidão: a luta por um partido de massas, 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Humanitas/Editora da UFMG, 1999.
- WEFFORT, F. Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra). *Novos Estudos CEBRAP*, n. 4, p. 67-105, abr.-jun. 1973.
- _____. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964. *Revista de Cultura Contemporânea*, n. 1, p. 7-13, jul. 1978.
- _____. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964 (segunda parte). *Revista de Cultura Contemporânea*, n. 2, p. 3-11, jan. 1979.